

Browser tabs: Email - Al... x, Controle di... x, Controle di... x, Autores x, Audiências x, Consulta p... x, 0800181-30 x, Baixar o a... x, (4) Whats... x, +

Address bar: Não seguro | <https://tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listAutosDigitais.seam?idProcesso=1773098&ca=87ba8732c4125ee314971324f74bdd87e4dcbf0d...>

Apps SISTEMAS | Lista de leitura

ProceComCiv 0800181-30.2019.8.18.0032  
FRANCIVALDO MONTEIRO DE MOURA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS ...

21623606 - Petição (2619847 RECURSO DE APELACAO 01)  
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 04/11/2021 14:42:15

04 nov 2021

- JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
  - 21623603 - Petição
    - 21623606 - Petição (2619847 RECURSO DE APELACAO 01)
    - 21623608 - DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (2619847 RECURSO DE APELACAO Anexo 02)

14:42

19 out 2021


- EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.

13:08

13:07

Microsoft Word - 2619847\_APELACAO 1 / 9 | 100% + |

2619847- CS/ 2019-03666/ INVALIDEZ

  
JOÃO BARBOSA  
—ADVOGADOS ASSOCIADOS—

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PICOS/PI

Processo n. 08001813020198180032

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. empresas seguradoras

PT 14:42 04/11/2021



Número: **0800181-30.2019.8.18.0032**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Picos**

Última distribuição : **28/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 30.975,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCIVALDO MONTEIRO DE MOURA (AUTOR)		GLEUVAN ARAUJO PORTELA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21623603	04/11/2021 14:42	<a href="#">Petição</a>	Petição
21623606	04/11/2021 14:42	<a href="#">2619847_RECURSO_DE_APELACAO_01</a>	Petição
21623608	04/11/2021 14:42	<a href="#">2619847_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

SEGUE EM ANEXO RECURSO DE APELAÇÃO.





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PICOS/PI

Processo n. 08001813020198180032

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCIVALDO MONTEIRO DE MOURA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PICOS, 21 de outubro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PICOS / PI**

**Processo n.º 08001813020198180032**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: FRANCIVALDO MONTEIRO DE MOURA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLELDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

**BREVE RELATO DOS FATOS**

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 03/12/2016.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR a ré no pagamento à parte autora das seguintes verbas:

- o valor de R\$ 600,00 (seis centos reais) relativos às despesas médicas
- o valor de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais) – 75% do valor máximo da indenização, em razão das lesões do sistema nervoso central; R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) - 25% do valor máximo da indenização pelas lesões no ombro direito; R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) - 25% do valor máximo da indenização pelas lesões no ouvido direito. Como a soma dos valores das indenizações pelos danos corporais ultrapassa o teto do valor da indenização, **fixo como valor da indenização pelas lesões a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

O valor da condenação deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir do evento danoso (Súmula 43/STJ) e acrescidos de juros legais de 1% ao mês, estes contados da citação (Súmula 426/STJ).

Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação.

D D I

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

#### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que a respectiva nota fiscal corresponde à um suposto gasto com radiografia, contudo, o valor desta é totalmente incompatível com o exame realizado.

A radiografia é tida como um procedimento de baixa complexidade e, com isso, é normal seu custo reduzido, contudo, o comprovante trazido nos comprovantes de ID 4154269, está totalmente incompatível com a normalidade.

Acrescenta-se, que não se observa qualquer laudo, bem como não se vê nada sobre o exame realizado nos autos, de modo que não se pode admitir seu acolhimento.

Ademais, não há como afirmar que o procedimento supostamente realizado tenha indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico.**

#### **O RECIBO NÃO POSSUI PRESCRIÇÃO MÉDICA; TAMBÉM NÃO HÁ CARIMBO E CRM DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO.**

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas medicas face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Ademais a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito<sup>1</sup>.**

Isso, porque, o único documento da data do fato somente indica a ocorrência de pancada na cabeça, além de não fazer qualquer referência ao sinistro ocorrido.

Soma-se a isso, que os demais documentos somente apontam trauma, mas não atribuem ao acidente de moto a lesão indicada.

---

<sup>1</sup>SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)



Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo<sup>2</sup>.

Por inexistir comprovação do nexos de causalidade, requer seja reformada a r. sentença e os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCPC.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – PERDA AUDITIVA UNILATERAL**

Em que pese os fundamentos expostos na sentença, a lei 11.945/09 trouxe a tabela que prevê o valor atribuído a cada seguimento corporal, contemplando aquilo que se achava coberto pelo seguro, e para o qual geraria o direito indenizatório.

Ocorre que, **A TABELA SOMENTE DISPÕE SOBRE A SURDEZ BILATERAL**, prevendo o valor corresponde em caso de indenização, contudo, **NÃO CONTEMPLA A HIPÓTESE DE SURDEZ EM APENAS UM DOS OUVIDOS, COMO É O CASO DOS AUTOS.**

Inexiste, portanto, cobertura para o caso em tela, já que as limitações físicas aduzidas pelo apelado **NÃO SÃO PREVISTAS PELA LEGISLAÇÃO.**

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00

Verifica-se, na sentença, que tal situação encontra óbice justamente pela ausência de previsão da suposta invalidez apontada pelo juízo, a qual repita-se não foi constatada pelo perito.

Ora, o enquadramento da perda auditiva unilateral, em parte da tabela que não está prevista para ela não se mostra adequado, violando a legislação afeta à matéria.

Conclui-se, portanto, uma vez que não há precisão da invalidez na tabela, que possui um rol taxativo das lesões indenizáveis, não há que se falar em indenização por ausência de previsão legal.

Diante do exposto, requer a reforma da sentença, para que sejam excluídas da condenação a perda auditiva, tendo em vista a ausência de previsão legal.

<sup>2</sup>APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)



## DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

### SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Caso os ilustres julgadores não entendam pela ausência de cobertura da perda auditiva unilateral ainda assim a r. sentença merece reforma conforme verifica-se nos documentos acostados pela parte Apelada, a mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **03/12/2016**.

Após dilação probatória, foi confeccionado laudo pericial, que consta às fls. dos autos. Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova, debitando-se o valor pago na via administrativa. Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma. Vejamos conclusão da perícia:

**2- Em caso positivo, qual (quais) região (ões) corporal (is) encontra(m)-se acometida (s)?**

CLAVÍCULA DIREITA; AUDIÇÃO DIREITA; SISTEMA NERVOSO CENTRAL.//

**8- Em sendo incompleta, qual a repercussão dos danos (intensa 70%, média 50%, leve 25% ou por sequelas residuais 10%)? (Art. 3º, § 1º inciso II da Lei nº. 6.194/74)**

**Segmento anatômico:**

**1 – LESÃO:**

OMBRO DIREITO.//

☐ 10% Residual ☒ 25% leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

**2 – LESÃO:**

PERDA AUDITIVA.//

☐ 10% Residual ☐ 25% leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

**3 – LESÃO:**

SISTEMA NERVOSO CENTRAL.//

☐ 10% Residual ☐ 25% leve ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

Frise-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100	R\$ 13.500,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50	R\$ 6.750,00

Repercussão	Valor da Indenização
25% (grau leve)	R\$ 843,75
75 % (grau intenso)	R\$ 10.125,00
50 % ( grau médio)	R\$ 3.375,00/2 = R\$ 1.687,50

Desta forma, em relação a PERDA AUDITIVA UNILATERAL considerando que a parte autora encontra-se acometida de invalidez permanente parcial incompleta com perda da metade de sua capacidade auditiva do lado direito, o valor da indenização deve ser obtido mediante a aplicação do percentual de 50% previsto na tabela supra, sobre R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), resultando em R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Considerando que a invalidez foi incompleta, a indenização deverá ser reduzida proporcionalmente para 50% (cinquenta por cento) desse valor, nos termos do art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, uma vez que a perda teve repercussão média na função orgânica atingida, o que leva a apuração da indenização devida ao valor final de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais).

**NO ENTANTO O VALOR DE R\$ 3.375,00 SERIA CORRETO CASO A PERDA AUDITIVA ESTIVESSE SIDO BILATERAL NO ENTANTO O REFERIDO VALOR DEVERA SER REDUZIDO PELA METADE EIS QUE ATINGIU APENAS UM LADO DE SEU SISTEMA AUDITIVO, O QUE LEVA A APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA AO VALOR FINAL DE R\$ 1.687,50 (UM MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

Sendo assim, merece pronta reforma a r. Sentença, vez que o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de **R\$ 12.656,25 (DOZE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



**CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso, para:

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PICOS, 21 de outubro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCIVALDO MONTEIRO DE MOURA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **PICOS**, nos autos do Processo nº 08001813020198180032.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

---

<sup>1</sup>PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da graduação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

<sup>2</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





Poder Judiciário do Estado do Piauí  
Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização  
Sistema de Emissão e Recolhimento de Cobranças Judiciais

## Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

### Informações Gerais (RECURSO DE APELAÇÃO)

**Comarca:** PICOS  
**Serventia:** SECRETARIA DA 2ª VARA  
**Requerente:** FRANCIVALDO M DE MOURA X LIDER PROC  
08001813020198180032  
**CNPJ:** 09.248.608/0001-04  
**Emissão:** 26/10/2021  
**Vencimento:** 25/11/2021

**Valor da Ação:** R\$ 30.975,00  
**Tramita em:** Justiça Comum  
**Litisconsórcio acima de 10:** Não

### Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça**

### Demonstrativo de Valores dos Serviços

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	uni. (R\$)	Selos	Valor (R\$)
24.16	Recurso de Apelação e Competência Originária	1	2.643,12	0	2.643,12
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	309,75	0	309,75
<b>TOTAL</b>					<b>2.952,87</b>

(Digite o número correto do processo para vinculação)

**Número do processo:** 08001813020198180032

☐ Declaro a inexistência de processo de origem

Cancelar

Gerar Boleto

### Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...

Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...

### Buscar Serviço

Código

Nome/Descrição



Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...

Selecione um serviço...





Poder Judiciário do Estado do Piauí  
**Tribunal de Justiça do Piauí**  
Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE PICOS / SECRETARIA DA 2ª VARA  
Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Justiça  
Comum  
RECURSO  
DE  
APELAÇÃO

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
24.16	Recurso de Apelação e Competência Originária	1	0	2.643,12
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	309,75
<b>TOTAL</b>				<b>2.952,87</b>

Cedente		Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001450297-6
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento	
1A8 E81 1446232		10.540.909/0001-96	25/11/2021	2.952,87	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
				2.952,87	

Sacado	
FRANCIVALDO M DE MOURA X LIDER PROC 08001813020198180032 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Corte na linha pontilhada

Autenticação mecânica



001-0

00190.00009 03088.125004 01450.297179 1 88150000295287

Local de pagamento		Vencimento			
Pagável em qualquer banco até o vencimento.		25/11/2021			
Cedente		Agência/Código cedente			
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)		3791 / 9665-2			
Data do documento	No. documento	Espécie doc.	Aceite	Data process.	Nosso número
26/10/2021	1A8 E81 1446232	DM	N	26/10/2021	30881250001450297-6
Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	2.952,87	2.952,87

Texto de Responsabilidade do Cedente		(-) Desconto / Abatimento
(APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)		
PICOS / SECRETARIA DA 2ª VARA		(-) Outras deduções
Emitida por Usuário da Justiça		
Valor da Ação: R\$ 30.975,00		(+) Mora / Multa
, Justiça Comum : 24.16 ( R\$ 2.643,12 ) , 123 ( R\$ 309,75 )		
		(+) Outros Acréscimos
		(=) Valor cobrado
		2.952,87

Sacado	
FRANCIVALDO M DE MOURA X LIDER PROC 08001813020198180032 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04	

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	28/10/2021	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
28/10/2021	08001813020198180032		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PI	Vara Cível	RÉU	2952,87
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
FRANCIVALDO MONTEIRO DE MOURA		FÍSICA	84182415353
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
071904CE72035196			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03088.125004 01450.297179 1 88150000295287			

